



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 25/06/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa noite a todos.

Meu nome é Gilson Barreto, Vereador. Estou aqui com o Vereador Paulo Frange, relator do projeto de lei da Lei do Zoneamento.

Como presidente da 6ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da segunda audiência pública do PL 272/15, que trata do parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de São Paulo.

As audiências públicas vêm sendo publicadas no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, diariamente, desde o dia 23 de junho de 2015. Foram publicadas também no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 24/06/2015 e no jornal *Folha de S. Paulo* no dia 25/06/2015.

A presente audiência pública tem como objetivo o PL 272/15, que trata da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, também chamada de Lei de Zoneamento, que reúne um conjunto de regras que vão definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que este projeto foi encaminhado pela Prefeitura desta Cidade em cumprimento ao Artigo 368, do Plano Diretor Estratégico, Lei Municipal 16.015, que obriga o Executivo a apresentar o projeto na Câmara Municipal. Encontra-se em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo exatamente para sua análise e debate, que é a razão primordial desta audiência, haja vista a possibilidade da contribuição de todos os munícipes tendentes a melhorar a formatação da norma que será votada pelos 55 Srs. Vereadores.

Além das audiências públicas, as pessoas poderão acompanhar as discussões pela TV Câmara, canal 61.4; TV Digital e 13, da Net; ou no link Auditórios On-Line. Podem também apresentar contribuições pelo site www.camara.sp.gov.br/zoneamento.

Durante a audiência pública, os interessados em se manifestar ou apresentar sugestões escritas deverão se cadastrar pelos computadores disponibilizados junto à secretaria dos trabalhos e receber os respectivos protocolos. Quem trouxe reivindicação já passou lá ou, se ainda não fez, deve passar e já registrar, porque vai receber um número para

acompanhamento.

Na presente audiência pública será discutida especificamente a região de Campo Limpo. Informo que esta audiência terá duração de até três horas divididas da seguinte forma: exposição do projeto por autoridade do Poder Executivo Municipal, nos termos do Artigo 86, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo; exposição do mesmo projeto pelos Vereadores presentes; e até 90 minutos para a oitiva das pessoas que desejarem se manifestar sobre o tema em debate, dispondo de até três minutos, por analogia ao Artigo 86, § 5º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo. No final teremos 40 minutos, caso necessário, para a manifestação sobre os pontos questionados.

Caso qualquer expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente poderá adverti-lo. Isso não vai acontecer, é só questão de formalidade, nos termos do Artigo 86, § 3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo.

Como já mencionado, eventuais manifestações escritas ou documentos poderão ser protocolados digitalmente no site www.camara.sp.gov.br/zoneamento, que pode ser acessado no próprio site da Câmara Municipal de São Paulo, sem prejuízo da possibilidade de entregar documentos em papel na própria Câmara Municipal de São Paulo ou na Secretária da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que fica no 2º andar da Câmara, na sala 213-A.

Não será permitida cessão de tempo de palavra de uma pessoa para outra. Aos interessados em se manifestar, informo que as inscrições estarão abertas a partir de agora, junto à mesa da secretaria dos trabalhos.

Antes de passar ao Executivo para a exposição do projeto, passarei a palavra ao Vereador Paulo Frange, relator do projeto, para uma exposição sucinta dos trabalhos que pretendemos desenvolver.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer a presença do Executivo na figura de uma técnica extraordinariamente competente, a Sra. Penha Pacca, que hoje participa da Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e trabalha com este projeto. Portanto, é com ela que vamos tirar as dúvidas e extrair o máximo de conhecimento. Obrigado pela presença.

O ordenamento urbano da cidade de São Paulo se faz necessário neste momento em que estamos discutindo uma nova lei de parcelamento e uso de solo, pois faz parte da nossa obrigação cumprir com o Plano Diretor Estratégico que diz que temos de fazer a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo.

O grande “gol” na discussão da lei de zoneamento que vem do Plano Diretor Estratégico é exatamente atender a um dos maiores sofrimentos da população de São Paulo que é mobilidade urbana. Muito do que vamos falar tem a ver com mobilidade urbana.

O outro problema que causa grande sofrimento para a população é o déficit habitacional, e é por isso que São Paulo fez um trabalho grande com a demarcação dos territórios para Zonas Especiais de Interesse Social. Precisamos muito da participação da sociedade. Vamos insistir muito para que as pessoas possam participar ao máximo.

Em função do problema da mobilidade urbana, sabemos o quanto é difícil as pessoas irem até os locais, mas conseguimos resolver parte desse problema. No *site* da Câmara, www.camara.sp.gov.br, você vai encontrar um ícone com o nosso *hotsite* escrito “Lei de Zoneamento”. Você clica e abre. Ali você tem a Lei, a possibilidade de acessar os mapas e acessar os quadros da Lei. Lá você pode fazer o seu pedido, aquilo que você gostaria para a sua região, uma sugestão ou então não concordar com o que está na Lei, no mapa ou no desenho dos mapas. É importante que vocês entrem e participem. Assim que vocês inserirem o que quiserem, vão automaticamente receber um *e-mail* com um número de protocolo. Quem fizer isso hoje, já vai sair com o número do protocolo do seu pedido.

A primeira impressão que a gente tem, ao falar com máquina, é que parece que não falamos com as pessoas, mas estamos enganados. O século mudou e o *site* entrou no ar

há 10 dias. Estamos na segunda audiência pública e vou passar para vocês o que aconteceu: 52.507 visualizações até há pouco. Imaginem vocês o que vai acontecer daqui a mais dez dias. Já foram feitas 135 contribuições. Quem fizer a sua contribuição e entrar no *site*, ao lado há uma faixa que rola e você vai ver que está lá o que você escreveu. Nós vamos fazer também a devolutiva disso. Vamos repassar a resposta para vocês se é possível ou não, o que pode e o que não pode.

O mapa é georreferenciado, portanto não vamos encontrar perímetros. A diferença desta Lei em relação à anterior é a simplificação. Na lei de 2004 tínhamos um caderno que era a Lei de Zoneamento e mais 31 cadernos – um para cada Subprefeitura – com conceitos de uso e ocupação do solo para cada um desses espaços. O que aconteceu nesta lei? Esta lei veio com uma única cara: é uma única lei, um único conceito para toda a Cidade. Portanto, quem aqui mora em uma zona mista terá a mesma zona mista em Perus, em Guaianases, Capela do Socorro, tudo igual. Quando for uma zona eixo de transformação urbana, que permite construir quatro vezes, porque está próximo à linha de metrô ou sistema de transporte de massa, o mesmo eixo poderá fazer a mesma coisa em qualquer uma das regiões de São Paulo. Parece incrível, mas, por exemplo, na lei de 2004, a palavra *showroom* aparece só na Subprefeitura de Pinheiros, no resto da Cidade ela não existe. Aqui, não, os conceitos são os mesmos para a Cidade inteira.

Simplificou? Simplificou. Ela tem um artigo em que revoga 51 leis que estavam vigentes, somando 629 artigos, e concentra tudo isso. O Executivo concentrou tudo isso em uma única lei com 156 artigos. Aquela porção de dificuldades, de situações diárias, que não sabemos exatamente entender como chamava cada uma, temos hoje 16 zonas. Então, batendo o olho no mapa, é mais fácil compreender. Não tenham medo do mapa. Se vocês olharem o primeiro mapa, o segundo, o terceiro e olharem as legendas, em seguida vocês já estarão falando para os outros, o que estão vendo. É mais ou menos como aprender a ler. Não é difícil, é fácil.

Portanto esta é a nossa primeira mensagem. Quero agradecer muito a oportunidade de estar aqui com vocês, a oportunidade de ser relator desta lei neste momento. São Paulo precisa disto, porque isto é um instrumento importantíssimo de desenvolvimento econômico e é a mais importante ferramenta de ordenamento urbano e de planejamento de uso do solo e da ocupação racional dele. É por isso que temos um carinho especialíssimo.

Ninguém tem pressa de votar. Já programamos 46 audiências públicas, ainda colocando algumas, no meio, porque sabemos que surgirão situações novas. Vocês todos juntos, com certeza, pensam melhor que somente nós. Esperamos que a sociedade participe mesmo, para que tenhamos oportunidade até de fazer mais audiências públicas. Se tudo correr bem, em dezembro estaremos votando este projeto, que valerá até 2030.

Por isso temos de ensinar muito aos nossos vizinhos e àqueles que não têm oportunidade de estar aqui. Vá às audiências públicas. Se não puder ir, assista. Temos agora o link Auditórios On-Line. A pessoa pode estar em casa assistindo o que está acontecendo aqui agora. Esta audiência não está no Auditórios On-Line, mas está tudo sendo taquigrafado, portanto nada será perdido.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registro a presença dos Srs. Marco Correia Galego, da Assessoria Parlamentar do nobre Vereador Eliseu Gabriel; Sérgio Saraiva Martins, da Assessoria do nobre Vereador Natalini, e João Carlos Alves, Chefe de Gabinete do Subprefeito do Campo Limpo.

Agora, para dar um quadro geral da Lei do Zoneamento, tem a palavra a Dra. Penha Pacca, Diretora da Secretaria Municipal de Uso e Ocupação do Solo.

A SRA. PENHA PACCA – Boa noite a todos e a todas.

- Oradora passa a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. PENHA PACCA – A revisão de Lei de Uso e Ocupação do Solo, que é mais conhecida como Lei de Zoneamento, é toda baseada no Plano Diretor aprovado em

agosto do ano passado - Lei 16.050. Ela vem para detalhar o que o Plano Diretor fez como diretrizes básicas.

Então ela tem uma compreensão do território, e é por isso que fizemos várias reuniões em todas as subprefeituras, e aqui devem estar os técnicos da Subprefeitura do Campo Limpo, que participaram da elaboração dessa lei; tem a simplificação da lei, que acho que o nobre Vereador Paulo Frange acabou de falar; e têm questões específicas que são do Plano Diretor, sinalizando a transformação que o Plano Diretor sofreu. Baseamo-nos nessa transformação para elaborar a Lei de Zoneamento.

Antes a Lei de Zoneamento era polinucleada. Os adensamentos eram feitos em todos os bairros, de maneira que em todos os centros de bairros poderia se adensar com prédios altos. O Plano Diretor estabeleceu que só nos eixos de transformação, que são esses em vermelho, quer dizer, onde tem transporte de massa ou corredor de transporte coletivo, é que poderia ser adensado. Quer dizer, poderá haver um adensamento tanto construtivo como populacional.

Aqui, em Campo Limpo, temos basicamente o eixo do Metrô e o eixo de transporte coletivo. Depois temos as outras zonas, que praticamente agrupam toda a área de São Paulo, que são áreas de qualificação. Aqui temos a visão de toda a área que será qualificada em Campo Limpo. E, depois, as áreas de preservação, que são parques e algumas áreas específicas. Aqui temos áreas de Zepec, áreas de proteção cultural, de preservação cultural, e este é o mapa do zoneamento como um todo. Então aqui temos todas as zonas que recaem sobre a Subprefeitura de Campo Limpo: as áreas adensadas, as áreas qualificadas e todos os tipos de zonas.

Já falamos que houve participação popular. Recebemos, na Prefeitura, 8.028 participantes, com 7.626 propostas.

O nobre Vereador Paulo Frange já falou bastante sobre a simplificação da lei e isso é muito importante para o técnico – e mesmo para o munícipe. A nossa pretensão é de que

esta lei fique mais fácil de ser acessada. Por quê? Ela tem só uma parte; não é necessário ver todos os livros anteriores; ela tem um mapa articulado, que não é mais por descrição perimétrica. Muitas vezes a descrição perimétrica não coincidia com o que estava desenhado no mapa, o que trazia bastantes problemas tanto para o munícipe, como para nós, aplicadores da lei.

Depois, os parâmetros de ocupação estão em um só quadro, então agora está mais fácil e rápido de visualizar; a permissão de uso também ficou em um só mapa e as condições de instalação também ficaram em um só mapa. Portanto, tudo isso facilitou bastante. Estamos revogando várias leis que totalizavam 629 artigos. Agora a Lei de Zoneamento tem 156 artigos.

Os principais objetivos da Lei de Uso e Ocupação do Solo são: garantir a moradia popular de qualidade nas áreas periféricas e na região Central; orientar o crescimento da Cidade; melhorar a mobilidade urbana; qualificar a vida nos bairros, nos espaços públicos; promover o desenvolvimento econômico com a ampliação de zonas que possam ter usos industriais e outros usos também; compromisso com a questão ambiental e com o patrimônio cultural.

Aqui podemos ver as zonas de interesse social na cidade de São Paulo e na região de Campo Limpo: ZEIS I, II, III e V.

Depois, queremos orientar o crescimento da Cidade na proximidade do espaço público, isso porque, como falei no começo, essas são as regiões que devem ser adensadas. Não são mais os miolos dos bairros que terão prédios altos. Os edifícios altos estarão junto ao Metrô e ao corredor de ônibus. Também haverá possibilidade de maior acesso. Nessas áreas teremos a obrigatoriedade de alargamento de calçada, assim como nas zonas de centralidade. Elas terão uma exigência de número mínimo de vagas para NR2 e NR3, que são os grandes comércios e serviços; exigência de vestiário para usuário de bicicleta; a redução de exigência de vagas de automóveis para que as pessoas usem mais o transporte coletivo; criação de garagem incentivada para que a população não tenha necessidade de ir para o centro da

Cidade de carro, mas com o transporte coletivo; qualificar os bairros.

Enfim, podemos ver que essas áreas são as de ZEIS I. Aqui, por exemplo, temos uma área de Zona Mista – ZM e ZEIS-C. Por que existe isso? Porque essas áreas de Zonas Especiais de Interesse Social, que têm habitação popular para população de baixa renda, muitas vezes se tornaram áreas-dormitório. Com esses tipos de zoneamento, demos outros tipos de usos, que não os residenciais, para podermos ter uma maior qualificação nessas zonas de interesse social.

Outra inovação. Para grandes lotes houve imposição de algumas exigências, como fruição pública, fachada ativa, doação de área livre. Mesmo em lotes maiores que 15 metros é obrigatório haver um loteamento. Não poderá mais haver condomínios enormes, fechados, sem que o loteador dê à Municipalidade área pública com qualificação. Essa área pode ser institucional, área verde, sistema viário.

Outra inovação é o incentivo aos usos mistos em áreas com edifícios. Nesse caso, poderá ter até 20% da área construtiva não computável; também incentivos para escolas e hospitais, com o dobro de aproveitamento.

Além disso, na área ambiental criamos a cota ambiental, que é além da taxa de permeabilidade. Essa taxa de permeabilidade sempre houve em nosso Município. Ou seja, obrigatoriamente tem de haver uma taxa permeável em cada lote, mas estamos exigindo para grandes lotes – maiores que 500 metros – outra cota ambiental somada à taxa de permeabilidade, que pode ser conjugada, não precisando ser, necessariamente, sob a forma de área verde ou de permeabilidade do solo. Pode-se conjugar de diversas maneiras para criar essa taxa de permeabilidade: cobertura vegetal, ajardinamento, pavimento permeável, reservatório de retenção e árvores. Essa cota ambiental é dada conforme a localização da área nesse perímetro de qualificação ambiental. Aqui está Campo Limpo.

Também temos os sistemas de áreas verdes e espaços livres e a área de preservação cultural. Em Campo Limpo temos já o Parque Burle Marx, que é tombado, e o

Centro Universitário Adventista, que foi um pleito da área para se tornar Zona Especial de Preservação Cultural - Zepec, que ainda não se tornou. Tem áreas Zepecs que já são áreas tombadas, então ela vai entrar em um rol de lotes que estão sendo pleiteados para serem tombados e se tornarem área de preservação cultural.

Este é o zoneamento da Subprefeitura de Campo Limpo com Zonas Mistas, ZEIS, ZEU. Basicamente são áreas verdes e também tem ZER. Todas essas zonas aqui são áreas de interesse social.

O SR. PAULO FRANGE – Dá para ver a Zona Mista de Interesse Social? Eu não encontrei.

A SRA. PENHA PACCA – Eu passei para vocês. É aqui: é uma ZEIS Mista - ZMis e uma Z6 ZEIS. Tem duas. Neste mapa está difícil de enxergar, mas tem duas nesta região.

Vou dar um exemplo dos pleitos de vocês. Isso aqui é na Lei 1.385, no zoneamento de agora. Como foi proposto no Caderno de Proposta e depois, com todas as audiências que tivemos, foi proposta a ZCOR, foi mudado até chegar assim depois de ter compatibilização com vocês. Aqui é ZCOR-2 e ZCOR-1 nesta área. Este é um exemplo de mudança com a participação que tivemos.

Aqui outra área de ZEU, como era na Lei 1.385, depois como foi no Caderno de Proposta e até chegar nesta proposta. Isso veio do Plano Diretor, mas houve pequenas mudanças que os moradores propuseram. Esses são os dois exemplos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero parabenizar a Sra. Penha Pacca pela exposição. Quero pedir para vir compor a Mesa conosco o Sr. Antonio Carlos Ganem, Subprefeito de Campo Limpo, e a Professora Teresinha Prado, gestora do CEU.

Registro a presença do Sr. Pedro Gabriel e da Sra. Lucilene, representando o Vereador Donato, homem que tem uma grande responsabilidade, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo. A sociedade e a Cidade exigem dele durante vinte e quatro horas.

Quando saímos, a Câmara estava em votação e S.Exa. falou que, se desse, viria cumprimentar os amigos de Campo Limpo.

Temos os primeiros inscritos. Tem a palavra o Sr. Márcio Martine dos Santos.

O SR. MÁRCIO MARTINE DOS SANTOS – Boa noite a todos.

Eu vim do Jardim Capão Redondo. Meu nome é Márcio Martine, sou munícipe e venho falar em nome de três mil pessoas que moram à beira do Córrego Moenda Velha. Fizemos até um abaixo-assinado e foi entregue à Subprefeitura de Campo Limpo. Não obtive resposta.

A Lei de Zoneamento é boa e concordo plenamente, mas temos de ver a situação das pessoas que moram no Córrego. Não foi citado.

Como vamos fazer uma Lei de Zoneamento se um vereador do PL mudou o nome de uma rua de 50 metros e ninguém soube? Como que não estou sabendo? Então temos de repensar isso. A população tem de saber.

São feitas reparações no Córrego Moenda Velha. Uma vez uma amiga falou que o paredão que colocaram custou tantos milhões, no outro dia acionamos a rede de televisão e eles tiraram a placa. Temos de repensar isso. São feita emendas e as pessoas estão morrendo.

Tenho um relatório de gestão feito sobre áreas de risco, e mais de quatro pessoas já morreram nesse córrego. Isso é triste. Eu tenho de ter forças e me aliar aos Vereadores e Deputados para que isso não ocorra mais, e que seja feito tudo certinho e sem esconder nada da população.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Márcio.

Próximo, Flávio Noschese.

O SR. FLÁVIO NOSCHESE – Boa noite, senhores. Alguns já me conhecem porque tenho participado dessas reuniões. Represento os moradores da Rua Doutor Flávio Américo

Maurano, que foi usada inclusive de exemplo, e nós estamos há muito tempo pedindo a modificação do zoneamento dessa rua para ZCOR-3. Aqui na placa, estava 2. Então, seria bom reiterar que o nosso pedido é para ZCOR-3.

A Avenida Américo Maurano é famosa: é o “ladeirão” de São Paulo, conhecida também como a rua mais perigosa, com alguns eventos ruins. Enfim, vive no Datena, na Bandeirantes. Ela já é motivo de assunto há algum tempo.

A região está bastante deteriorada, está muito insegura. As casas estão abandonadas. Ali está havendo uma grande transformação. Coisas que são bem-vindas: Avenida Hebe Camargo; Linha Ouro do Metrô, Linha 17; instalação da própria Estação do Metrô Flávio Américo Maurano. Então, desde 2007, estamos pedindo essas modificações, porque a região está muito deteriorada, está abandonada.

Em particular, nunca ninguém do bairro foi contra essa modificação. Todos concordam que aquilo tem de ser mudado. A mudança é drástica, mas precisa ser feita. Tem de se incentivar a utilização dos imóveis com usos robustos, até para empregar pessoas e adensar a região. Bom, a ZCOR-3, então, é supernecessária.

Outro detalhe que também está virando assunto: os imóveis, em sua maioria, não são adaptáveis. São casas em lotes grandes e isso exigirá novas construções – alguma modificação maior, o que esbarra nas restrições originais do loteador. Essas restrições têm de ser removidas, até porque, pela restrição do loteador, nem metrô pode. Quer dizer, a mudança tem de ser feita por inteiro. Esse assunto da restrição do loteador eu sei que foi abandonado no Plano Diretor, mas certamente ele será um problema para essas regiões.

Não estamos do Jardim Europa. Estamos falando da Rua Arrabalde, de Paraisópolis. Ali é outro problema, as coisas são diferentes, então temos de pensar em emprego, comércio, escola, hospital, supermercado, banco, enfim, mudanças robustas mesmo. Aquilo lá é uma via estrutural M-3, tem 20 metros. Então pedimos para que a mudança ocorra realmente, mas que seja feita por inteiro. Então vamos mudar mesmo. É uma rua que tem de

ser pensada de forma certa. Queremos tudo feito dentro da legalidade, pagando IPTU, tudo certinho.

Reitero: ZCOR-3. O pedido sempre foi esse.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Hélio K. S.

O SR. HÉLIO K. S. – Boa noite. Sou morador e representante dos moradores do bairro Superquadra Morumbi.

A maior parte do bairro hoje, segundo esse plano, é Zona Mista-A - ZMis-A. Gostaria que fosse vista a possibilidade de passarmos a ser zona exclusivamente residencial. Por quê? Porque, no Plano Diretor de 2004, já havíamos passado para Zona Mista, sem que os moradores tivessem sido consultados ou que tivessem ciência. De lá para cá não houve a instalação de serviço e comércio, porque o bairro tem uma conformação peculiar: ele é praticamente uma rua sem saída em uma escala de bairro, à exceção da avenida principal do bairro, que é a Avenida Marechal Juarez Távora, em que se instalaram escolas e alguns comércios – *pet shops*, dentistas. Isso gostaríamos que permanecesse, mas o restante gostaríamos que fosse transformado em zona exclusivamente residencial.

O maior receio não é só do comércio em si. Vamos supor que se instalassem comércio e serviço no bairro. Isso geraria insegurança durante a noite, porque esses imóveis ficariam vazios à noite. Mas o maior receio é que, sendo zona mista, há brecha para a instalação de prédios, para a especulação imobiliária, e isso nós não queremos. Hoje, já sendo Zona Mista-1, já havendo limite de gabarito, há um prédio sendo erguido na Avenida Marechal Juarez Távora, número 811, com previsão de 11 andares, em um bairro que só tem sobrados no máximo. Como é que pode isso?

Então realmente gostaria que fosse zona exclusivamente residencial, e o restante dos moradores também.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registro a presença do Sr. Isaac Félix, Assessor Especial do Ministro Antonio Carlos Rodrigues.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, farei uma pergunta ao Sr. Hélio, que acabou de falar. Hélio, você já colocou essa situação?

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. PAULO FRANGE – Está bem. Hoje, aqui na entrada, você fez?

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Confia São Paulo Trabalho e Empreendedorismo. Vamos debater tecnicamente as ZEIS, vou deixar aqui para a sociedade debater globalmente.

Na cidade de São Paulo há cerca de 2.850 milhões de famílias morando em áreas irregulares, de mananciais, áreas de risco, nos esgotos. Desses, 12,3% são da região de Campo Limpo.

O que vamos defender nesse Plano é que se faça uma regulamentação fundiária no plano de ocupação, dando os títulos de propriedade às famílias que moram nessas áreas, recuperando também os mananciais e as orlas das represas Guarapiranga e Billings.

Oitenta e três por cento dos empreendimentos industriais e comerciais também são irregulares, não têm alvarás. Nós defendemos que sejam regulamentados esses empreendimentos e essas indústrias, porque só de 2013 a 2015, na região metropolitana, 23% das indústrias deixaram a Cidade. Só aqui na cidade de São Paulo, são 2,350 milhões de cidadãos desempregados.

O que está acontecendo hoje? Estão expulsando as empresas, as indústrias da cidade de São Paulo e, com uma visão equivocada, dando a oportunidade para construção de torres e prédios. Isso é uma visão equivocada, porque vão transformar a cidade de São Paulo

numa verdadeira bolha de concreto, que poderá explodir a qualquer momento.

Na área de mobilidade urbana, há 28 anos apresentamos um plano de dimensão de mobilidade urbana na cidade de São Paulo que previa cerca de 500 quilômetros de metrô e corredores de ônibus até 2013. Era possível fazer, sim. Vou citar um exemplo: a Cidade do México começou a construção do metrô na mesma época de São Paulo; hoje tem 265 quilômetros de metrô, e São Paulo – a cidade mais rica da América Latina – retrocedeu, com 70 quilômetros. Londres tem 500 quilômetros de metrô, e o Prefeito de Londres já aprovou um aporte de 35 bilhões de dólares para construir mais 250 quilômetros, elevando a 750 quilômetros o metrô de Londres.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, nobre Vereador Antonio Donato. Para nós é um orgulho muito grande tê-lo aqui.

Tem a palavra o Sr. Hebert Teixeira.

O SR. HEBERT TEIXEIRA – Boa noite a todos. Estou representando a Mitra Diocesana de Campo Limpo e venho falar aos senhores sobre um trabalho que está sendo feito desde o ano passado, que é a nossa luta para que se destaque a atividade local de culto da atividade local de reunião. A atividade de culto gera pouco impacto na comunidade, não podendo ser comparada às demais atividades envolvidas de reunião.

Exemplificando, a igreja tem direito de existir, tem direito ao culto, pela Constituição Federal. No entanto, nosso zoneamento qualifica os locais de culto como locais de reunião. Dessa forma, a reunião de culto é qualificada como boates, casas de *shows*, casas de espetáculos. Fica claro que a atividade de culto é completamente diferente dessas outras atividades. Então, o nosso pleito é a separação do local de culto, e estamos nos referindo a todos os cultos, e não somente a uma denominação.

Fala-se muito sobre a questão de mobilidade urbana, de se locomover com

qualidade na Cidade. E o que notamos é que a igreja, como local de reunião, só pode existir em algumas zonas específicas devido à sua classificação. No entanto todos os senhores aqui, a cidade de São Paulo inteira entende que, muitas vezes, aquela capelinha, aquela igreja próxima do seu bairro é aonde você deveria ir, ou seja, você deveria andar menos e ir até lá. No entanto ela não pode existir, porque não pode ser regularizada. Por isso queremos que essa atividade seja destacada das outras.

Consta no Plano Diretor, no Artigo 369, a possível criação de uma lei específica para locais de culto, mas na discussão sobre o zoneamento queremos destacar essa separação em subcategorias, tanto na NR 1, como na NR 2, como na NR 3.

O nosso pleito é para que seja mais fácil até para regularizar, para fiscalizar, para aprovar uma igreja que já exista, mas que está irregular. Já estive há algum tempo discutindo este assunto com os nobres Vereadores, junto com outros membros da igreja, protocolando isso, buscando a possível regularização disso tudo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – As reivindicações que estão sendo feitas sobre a Lei de Zoneamento serão analisadas caso a caso pelos membros da Comissão. Então é importante que os senhores registrem o seu caso, por escrito ou pelo computador, ou então levem por escrito à Câmara Municipal, 2º andar, sala 213 A, e peguem o número de protocolo, para os senhores acompanharem.

Tem a palavra o Sr. José Raimundo do Sacramento, Conselheiro Participativo.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO DO SACRAMENTO – Boa noite a todos. Sou Conselheiro Participativo. A nossa região é muito carente, então, se não houver uma mudança de paradigma para toda a periferia da cidade de São Paulo, daqui a 50 anos meus netos estarão aqui discutindo os mesmos problemas que temos hoje.

Portanto, assim como a Prefeitura, junto com a Câmara Municipal, teve coragem de fazer uma mudança de paradigma no transporte público, ela Também tem que ter essa

coragem para fazer uma mudança de paradigma no sentido dos investimentos na periferia, para que, no futuro, os bairros de Campo limpo, Capão Redondo e adjacências não sejam dormitórios, sejam bairros distantes do centro, mas não, periferia.

Com relação à Lei de Zoneamento: a Estrada de Campo Limpo, começando na divisa com Taboão até o Largo de Campo Limpo, está com uma área de transformação porque existe um projeto de um corredor de ônibus, um DRT.

Esse corredor se estende pela Carlos Lacerda, este local onde estamos, que vai até a Estrada de Itapeperica, para chegar ao metrô Capão Redondo e Terminal Capelinha, portanto, a minha sugestão objetiva é que, ao longo da Avenida Carlos Lacerda, seja dado o mesmo critério de transformação que está sendo proposto para o trecho da Estrada do Campo Limpo até a divisa com Taboão da Serra.

Precisamos urbanizar a nossa região, para que não tenhamos o problema que outro companheiro citou de pessoas que moram na beira do córrego e, quando chove, são arrastadas pela correnteza, têm seus pertences – que são poucos – destruídos.

Então, Srs. Vereadores, a população da cidade de São Paulo, nós, da periferia, contamos com a colaboração dos senhores para atuarmos juntos e intervirem junto ao Executivo para que essa transformação não leve mais 50 ou 100 anos para ser concluída.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Raimundo.

Quero registrar a presença dos nobres Vereadores, que ficaram com o Sr. Presidente, votando os projetos, Vereadores Jonas Camisa Nova e José Police Neto, Presidente da Comissão Ordinária de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo.

O próximo é o Sr. Marco Martins.

O SR. MARCO MARTINS – Bom dia a todos, em especial, aos Srs. Vereadores que estão aqui em horário estendido para nos receber. Muito obrigado.

Eu queria dizer que o Plano Diretor e o Zoneamento chegaram à Câmara com ótimas ferramentas.

Vejo todas elas como indutoras de bons princípios para praticarmos na cidade de São Paulo. Para atingirmos esse objetivo dos bons princípios, precisamos olhar mais de perto para que elas sejam aplicadas com efetividade.

Um dos pontos que temos discutido muito é a desvinculação da obtenção do alvará de funcionamento da regularidade do imóvel. Principalmente, a região de Campo Limpo carece bastante disso.

Se conseguirmos atingir esse objetivo, o empresário se fortalece e vai na direção de abrir uma empresa, registrar seus funcionários, recolher impostos e, daí, num futuro próximo, regularizar o próprio imóvel. Acho isso muito importante. Poderíamos discutir isso, pois é bastante interessante.

Há outras ferramentas que, no Campo Limpo, tem pouco, mas se tem discutido bastante, por exemplo, a zona corredor. Parece-me que é uma zona que foi mostrada, um outro motivo de bastante discussão, mas uma ferramenta que julgo como necessária na proteção dos bairros residenciais, para que se melhore a degradação dos imóveis que estão sem uso, regular a atividade que está na porta do bairro, se consegue atrair para essa região que está sem utilização residencial, substituindo com esse formato, a atividade que não é interessante ao bairro, que incomoda os moradores e que não tem razão de estar ali, por uma atividade que seja interessante a esses moradores.

Com a zona corredor, ganha-se muito com isso: protege-se o bairro, ganha-se em mobilidade etc.

Temos que procurar aplicar cada ferramenta da maneira correta, se não não atingimos o que foi desenhado pelo Plano.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Ronald Medina.

O SR. RONALD MEDINA – Boa noite. Meu nome é Ronald Medina. Sou morador da região do Campo Limpo, próximo Jardim Irene.

A minha questão é sobre a concessão de escrituras aos moradores da região.

Algumas pessoas já indagaram sobre essas concessões. Gostaria de saber quanto tempo vão durar essas concessões? Quais os critérios para essas pessoas? E as pessoas que têm moradias sobre córregos? Como elas serão afetadas e quais ações elas sofrerão? Algumas pessoas sofreram ações e ficaram indignadas pela forma com que foi feita a remoção delas, assim como aconteceu em outras regiões.

Então, quero saber: quanto tempo isso vai durar?

O que a Lei de Zoneamento nos afetará nessa parte? Porque tem muito microempreendedor nessa região que está precisando do alvará e da escritura. Eles querem pagar seus impostos e querem atuar melhor no processo da sua região.

Essa é a minha dúvida e meu questionamento. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito bem.

Tem a palavra o Sr. Paulo Nascimento.

O SR. PAULO NASCIMENTO – Srs. Vereadores, meus irmãos Munícipes, boa noite.

Meu nome é Paulo Nascimento. Estou aqui representando a Confraria de São José, da Igreja de São Francisco de Assis, do Jardim Maria Virgínia.

Só vou reiterar as palavras do Everton, pois a minha reivindicação é a mesma dele. Então, não vou repetir ou me estender, mas, simplesmente, destacar o local de culto da atividade local de reunião.

Os senhores não de convir que é um absurdo isto: colocar no mesmo patamar um local de culto, de oração – não importa se católico, evangélico, umbandista, ou o que seja -, com uma boate, um bar, que tenha karaokê ou uma danceteria. Isso é, realmente, absurdo.

A única coisa que gostaria de acrescentar ao que ele falou é que, também, estamos

reivindicando a inclusão de locais de culto no art. 100, § 4º, serviços sociais, culturais, de lazer e de educação e locais de culto. Portanto, pedimos a inclusão da expressão locais de culto no citado parágrafo.

Há outro assunto que gostaria muito de debater com o Sr. Prefeito que são as ciclovias.

Não sei se vocês viram as ciclovias.

Eu não sou contra, por favor. Acho que tem que existir. Sou contra a ciclovia colocada em locais completamente absurdos. Passo no meio de um local, de uma favela, de quem vai para o Parque Arariba, onde a ciclovia está rachando, criando mato. Diariamente, passo lá e nunca vi um camarada andando de bicicleta pela ciclovia. Só passa gente a pé ali, e o carro passando ao lado. Quer dizer, a rua já era estreita, com a ciclovia, ficou mais. E outras delas que vemos por aí que não estão sendo usadas.

Srs. Vereadores, por favor - eu não sei quem é a pessoa que faz isso, que escolhe o local. Não sei qual o critério que ela usa -, revejam isso.

Recentemente, lançaram um vídeo na internet que mostra uma ciclovia em cima de uma calçada; no meio da calçada, postes. O pedestre vai para o meio da rua.

Outro assunto que eu também gostaria de falar é o Parque Burle Marx.

Corrijam-me se eu estiver errado.

O Parque Burle Marx era uma propriedade do grande Pablo Burle Marx. Foi cedida ou doada após a morte dele para a Prefeitura e foi transformada num parque.

Eu gostaria que vocês fossem lá ver o estado lamentável daquele local. É algo que cabe à Prefeitura ver e fiscalizar. O Parque Burle Marx é um patrimônio do Município e deve ser cuidado.

Espero que os senhores olhem com bastante atenção, nessa nova Lei de Zoneamento.

Eu trabalhei com imobiliária, e usávamos um termo bem pejorativo para essa Lei de

Zoneamento porque ela dificulta, em muito, para quem precisa construir o seu imóvel e quer montar o seu negócio.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A próxima é a Sra. Maria de Fátima Santos, do Jardim Maria Sampaio.

Quero solicitar aos amigos que têm trazido suas solicitações e preocupações, que registrem lá fora, com as pessoas que as digitam. Registrem lá fora e ganhem um número para acompanhar posteriormente.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA SANTOS – Boa noite a todos.

Eu gostaria de falar sobre o zoneamento que vai ter. Muito bem.

Só que a prioridade para nós é outra. Temos que ver as prioridades.

Eu tenho minha mãe há quatro anos acamada numa sala. Quando dá enchente, minha mãe só falta boiar. Cadê o Vereador? Cadê o Prefeito?

Vocês estão falando muito bem sobre o zoneamento. É bom para todo mundo e para a geração de amanhã.

Falta um pedacinho da canalização do rio. Por que não fazem?

Se vocês querem saber, no CEU, quando chove, chove mais dentro da sala de aula. É um lugar onde todo mundo vê, mas não sabe o que está acontecendo na sala de aula.

E as áreas invadidas pelo pessoal que não tem o dinheiro para pagar o aluguel estão caindo. Eles saem para trabalhar e, quando voltam, o carro e a moto, já caíram dentro do rio.

Eu vou até a Subprefeitura falo e falo, mas ninguém... A primeira vez, falo com uma pessoa; a outra vez, nem bom dia me falam. Acho que têm que me dar um parecer do que está acontecendo. Quando vão arrumar?

Estamos a favor desse zoneamento. É do nosso interesse. É um progresso. Só que

vocês têm que ver as nossas prioridades, gente.

É só isso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Beno Márcio.

O SR. BENO MÁRCIO – Sras. e Srs., Srs. Vereadores, Srs. Representantes do Executivo, demais representantes, boa noite.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizá-los pelo trabalho brilhante que foi realizado, não só agora, como no Plano Diretor Estratégico, no qual me fiz presente em todas as audiências e pude constatar o belo trabalho.

Com relação à Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, eu gostaria de chamar a atenção, particularmente, para a Avenida Morumbi, a qual é uma via, em sua grande parte, estrutural, de grande movimento, pela qual passam diversas linhas de ônibus.

Então, é importante – respeitando uma das premissas fundamentais do Plano, que é a mobilidade urbana - que se diversifique o uso do solo, se permitam atividades. Em meu ver, deveria ser até ZCor-3 em toda a sua extensão, até porque, segundo a definição, é uma via de conexão regional, ela conecta a zona Sul, Brooklin, até a zona Oeste, Butantã.

Então, esse é o meu pleito.

Boa noite aos senhores.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Linda Maria dos Santos.

A SRA. LINDA MARIA DOS SANTOS – Primeiramente, agradeço a vocês e os parabênz por estarem aqui conosco.

Sempre quis saber sobre o zoneamento e gostaria que vocês fossem bem claros para nós, população; nós, Municípes. Porque falar de ZEI é fácil. Eu sei que “z” é de zona, mas e o resto? É meio confuso estar nessa situação.

Quando o Fiscal da Prefeitura chega na minha casa, ele só sabe dizer: “Aqui é Z-2, Z-3”. Eu, particularmente, não sei o que é isso.

Vocês estão observando e pensando nas coisas que já existem nos locais, as empresas?

Vocês estão falando sobre a mobilidade urbana, uma coisa que acho muito importante, realmente, tem que acontecer. Mas já pensaram na nossa segurança? Quando entramos num ônibus às 10 ou 11 da noite, o que acontece com a gente na maioria das vezes? Pensam, também, na segurança dos ônibus, dos coletivos públicos?

Sobre a regularização dos imóveis, como meu colega já havia falado, é mais fácil vivermos no incerto, fora das leis, do que na lei.

Outra coisa sobre as ciclovias – talvez, o momento não seja esse – que estão sendo colocadas no Campo Limpo. Para quem fez o projeto, eu acho muito bonito e muito legal, mas, por favor, ande nas ciclovias.

Observem as regiões onde há ciclovias – não sei o nome da avenida, mas é no Jardim Catanduva.

Na passagem da Estrada do Campo Limpo para o Jardim Catanduva há uma ciclovia.

Sinceramente, não consigo compreender como é que alguém vai andar de bicicleta. Só tem duas pistas. Se passa a bicicleta, uma das pistas não funciona.

Não consigo compreender essa ciclovia.

Aproveitando, também, o que o colega falou, o Parque Burle Marx, eu, particularmente, não sabia que faz parte da Prefeitura, porque está sendo degradado, não se pode estacionar na rua – acho que está correto -, mas não há locais para estacionar, então, para chegarmos lá é impossível.

Acho legal e importante, os senhores estarem na Câmara, mas, por favor, saiam um pouco e venham observar o que a gente está passando aqui – não só na nossa região,

mas em todas as regiões. Acho que isso é muito importante, não só para mim, mas para todos nós, Munícipes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O próximo é o Sr. José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA LACERDA OLIVEIRA – Boa noite a todos, ao pessoal da Mesa, não preciso citar os nomes aqui, agradecendo por essa oportunidade que estão dando ao José Maria. Sou morador de Paraisópolis e moro naquela comunidade há quase 40 anos. Por esses 40 anos que moro naquela comunidade tenho que defendê-la com unhas e dentes, mas não apenas Paraisópolis. A gente defende todas as áreas que precisamos estar, porque também faço parte do Conselho Participativo e sempre estamos cobrando o que é melhor para a nossa população, moradora de São Paulo.

Quase todos que estão aqui são nordestinos e fomos nós que viemos fazer São Paulo. A bem da verdade, os nordestinos vieram e fizeram São Paulo chegar aonde está hoje, sendo a maior Capital do nosso Brasil. A maior população está aqui dentro.

Há cinco anos, eu estive neste CEU cobrando esses mesmos projetos existentes para a comunidade de São Paulo. Houve um Prefeito que veio receber todos os moradores de bairros, dando oportunidade para nós cobrarmos os nossos direitos. Sou um morador de uma comunidade de classe média e alta, porque em Paraisópolis todos nós moramos juntos, e há muita coisa que tem de ser discutida, mas quando estive aqui não defendi a classe alta, tampouco a baixa. Vim cobrar o que tinha de ser feito para aquela zona, que é Paraisópolis e Vila Andrade. Cobrei obras, como os companheiros que falaram sabem.

Naquela época, cobrei da Maria Teresa, que andava condenando toda a área de Paraisópolis e da Habitação que veio para essa região. As ZEISs desapropriadas, naquela época, foram negociadas com os proprietários para construir Habitação de Interesse Social. Dentro dessa zona, há prédios que eu não posso passar na calçada, porque se isso acontecer, sou considerado suspeito.

As Habitações de Interesse Social que vi nos projetos são muito boas, o projeto do

Plano Diretor é muito bonito, mas temos de acompanhar e pedir aos nossos Vereadores que façam um acompanhamento. É isso que peço aos Vereadores da Câmara Municipal, porque eles estão ali para receber as nossas colaborações e votar os nossos projetos.

Por isso pedimos que ajudem, porque às vezes jogam para o Prefeito, para os Vereadores ou para as Subprefeituras e nós como membros do Conselho Participativo do Haddad, queremos que ele ouça a respeito de mais uma área que existe em Paraisópolis. Não sei mais o que cobro e o que digo, porque já fizemos o possível pela área do Córrego do Antonico. Só sobra para as Subprefeituras, para nós, das entidades que estamos lá cobrando esses direitos.

Por isso, meus Vereadores, eu quero que os senhores olhem com mais atenção e carinho para as ZEISs que já foram desapropriadas para Habitação de Interesse Social. A gente sabe que a situação está feia. Todos nós sabemos como nosso Brasil anda, mas vamos olhar mais a moradia de interesse social para a população. Habitação digna para todos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito bem. O próximo orador é o Sr. Armando Celli Filho e, em seguida, Raira Diniz.

O SR. ARMANDO CELLI FILHO – Srs. Vereadores, componentes da Mesa e demais amigos, gostaria de registrar uma solicitação.

Sou Engenheiro de Segurança e atuo muito na área de alvarás de funcionamento e regularizações de imóveis e também de atividades. Não quero ser redundante, mas apenas reforçar algo já dito aqui por várias pessoas de um possível estudo de desvincular, pelo menos, de forma, quem sabe, condicionada ou parcial a licença de funcionamento da sua regularidade, desde que atendidos os outros parâmetros indispensáveis.

O segundo pleito seria sobre separar a licença de funcionamento de locais de reunião para locais de culto, apenas para reforçar o que já foi dito. Não quero me delongar nesse aspecto.

Tenho outras colocações que farei por escrito.

Agradeço pela atenção e a oportunidade.

Quero também cumprimentar os Srs. Vereadores e a Administração que está fazendo esta forma de consulta e de participação para a população. Creio que isso poderá evitar muitos enganos e fragilidades que as leis sempre têm, porque a população está participando junto com os senhores, que são os nossos representantes para levar ao Executivo os pleitos e as necessidades da população.

Muito obrigado. Boa noite a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu é que agradeço, Dr. Armando. Com a palavra a Sra. Raira Diniz.

A SRA. RAIRA DINIZ – Boa noite. Sou moradora do Jardim Irene. Essa lei do zoneamento é muito interessante para a Cidade. Gostei bastante, apenas alguns pontos devem ser mais observados. Um deles é a canalização do córrego, que não deve apenas ser canalizado. Devem ser plantadas áreas verdes nas regiões do entorno, porque em algumas regiões onde foram canalizados os córregos, foi deixado o asfalto e, às vezes, nem isso... Deixam a rua desestruturada. Falo nessa questão do córrego, porque moro na rua Bispo de Lorenzo, e próximo da minha rua, Rua Porto Galena, não tem mais condições de carro passar ali, ou quando o carro passa tem de dar espaço para o carro. Ou você passa, ou o carro... Já houve vários debates sobre isso, o problema é que a discussão fica entre Embu e São Paulo. Um município fica jogando para o outro. Não sabemos até quando vai isso, porque a situação está cada vez pior... E não tem mais o que fazer ali, principalmente os moradores. Eu não moro naquela rua, mas fico ouvindo reclamação diariamente dos moradores, falando que não tem como morar aqui, porque todas as vezes que chove o asfalto vai comendo e o espaço está bem curto. Ali todos conhecem como a região do Cafu, onde ele morou, mas é muito triste saber que ali está esquecido. Eles debatem muito essa questão de zoneamento, mas acredito que deva ser muito focado isso e também as casas que estão em áreas de risco e são

retiradas. Ao invés de construir apartamentos da CDHU, também devem ser construídas casas em áreas planas. Isso vai diminuir essa área periférica, essa coisa alta... Acredito que deveria ser mais plana.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Carlos de Oliveira.

O SR. CARLOS DE OLIVEIRA – Boa noite a todos. Fiz apenas cinco anotações, aqui, a primeira é porque o Jonas tinha muita coragem quando ele foi brigar com o Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, nosso, hoje, Ministro Antonio Carlos Rodrigues, em prol do comércio da região. E, agora, todos nós comerciantes – acredito que aquele contador deve estar com problema grave, porque todos nós e eu também, que sou comerciante da região – temos problemas. Eu tenho um problema: os alvarás condicionados venceram e a fiscalização chuta a porta. Está na hora, realmente, fiquei feliz que, pelo menos o pessoal aqui tem consciência disso.

Como sou do Conselho do Meio Ambiente, gostaria de iniciar, exatamente pelo fato, de que ela constou ali, que a Igreja Adventista, completou cem anos no dia 15 de maio e ainda não conseguimos tomar o ponto de Cultura. Mas vamos conseguir, espero fazer isso, pelo menos com a Chácara do Jóquei... Isso para a região do Campo Limpo ter um ponto de Cultura. Espero que a gente consiga... E que o nobre Vereador Donato, por ser da região, batalhe por isso, porque eu sou presidente de um Instituto de Música, de Cultura. E sei que precisamos muito disso aqui na região.

Marquei aqui... Quando o Police, em 2010, estava fazendo projeto de ciclovias – naquele tempo o projeto da Ciclovía era na Paulista. Como meu filho é autista, o levo na Unifesp e hoje fico olhando aquele monte de ciclovía lá, e, para mim que moro há 47 anos aqui, eu ia de bicicleta daqui ao Campo Grande para poder estudar e não tinha esse problema que temos hoje. As ciclovias, Sr. Police, sei que V.Exa. é uma pessoa que trabalha muito em prol

disso, junta-se ao Jonas aí, apoia ele na questão dos comércios para conseguir ampliar... Gostaria de falar sobre a outorga onerosa, na comissão de Meio Ambiente, lá na Câmara. Os sindicatos e a associação dos arquitetos mostraram que o Morumbi, nos últimos dez anos, foi a área que mais teve construções. Como sou da Comissão de Meio Ambiente e do Cads do Campo Limpo, vimos que para cada árvore que eles tiram, plantam a mesma. Só uma. Então eles trazem um prédio para duzentas ou trezentas moradias, tiram de lá cinquenta árvores e replantam cinquenta árvores. Só que eles trouxeram mais ou menos duzentas pessoas para morar naquela região. Temos de ser mais zelosos com isso e tomar mais cuidado. E aqui na região, como conselheiro do Parque Santo Dias, devemos nos preocupar um pouco mais em vez de ficarem 162 parques, cuidar do que já temos. Porque nosso parque Santo Dias ficou um ano sem gestor, sem segurança e ficou extremamente abandonado e temos 43 pessoas morando lá dentro hoje.

Como comerciante, gostaria de aproveitar e dizer que no eixo um, onde fala sobre a área de corredores, que realmente fosse aproveitado o Metrô Capão Redondo, para que consigamos construir ali, pelos menos, duas ou três vezes a área do terreno.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Sergio Saraiva Martins.

O SR. SERGIO SARAIVA MARTINS – Boa noite a todos. Estou representando o nobre Vereador Natalini. Farei uma colocação sobre dois espaços que estão existindo aqui na região do Campo Limpo, que no nosso entender são fundamentais para a exploração. O primeiro fica ali em frente ao Parque Panambi – entre o Parque Panambi e a Marginal Pinheiros. Esse espaço pertence a uma incorporadora, que depois de um grande esforço da comunidade, conseguiu-se fazer com que esse espaço deixasse um monte de torres, para se tornar um espaço, hoje, abandonado pela própria empresa. Houve contestações, inclusive, internacionais nesse sentido. É um espaço maravilhoso, existe ali uma fauna, talvez, a mais importante na região, de pássaros. Há fauna também, por exemplo, de um caramujo que está

em extinção em todo mundo, ainda existe nessa área. Há uma série de situações de bem estar que, efetivamente, ocorreriam se essa Zona Mista, ali indicada, se tornasse uma ZEPAM para que houvesse uma desapropriação dessa área, ou uma negociação com essa empresa, e a área se tornasse uma extensão do Parque Burle Max. Seria muito justo para toda a Cidade de São Paulo.

A outra área curiosamente vai ser um grande parque que o Prefeito Haddad vai inaugurar, é um excelente parque do ponto de vista do que ele será útil quanto à preservação arbórea, junto a uma das áreas mais vulneráveis de São Paulo que é, de fato, a de Paraisópolis.

Esse Parque Paraisópolis é bastante grande, muito interessante sobre a preservação ambiental de São Paulo, particularmente da região, mas é um parque de impossibilidade de uso popular. É uma região em que as pessoas precisam de um equipamento desses com uma característica além dessa. Precisam para praticar esportes, para ter aulas diversas, como infantis. Como todo mundo, as crianças vão se educar nos parques. Aonde as nossas crianças vão se educar? Temos que nos atentar a isso.

A área que está contígua à outra grande área, a do Parque Paraisópolis – que vai ser inaugurado agora, felizmente – é de um particular e está designada para ZEIS, em uma região que tem acúmulo enorme de população. Está sendo reestruturada, há um planejamento nesse sentido, mas não é uma coisa imediata. Penso que ao invés de se construir ali, novamente, se deveria deixar essa área para a extensão do Parque Paraisópolis, fazendo um parque para que as pessoas possam usar com suas atividades, tão importantes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Próximo orador Marcos Galhego.

O SR. MARCOS GALHEGO – Boa tarde a todos, meu nome é Marcos Galhego, venho aqui como morador da região, ao mesmo tempo aproveito para representar o Vereador Eliseu Gabriel. O nosso Vereador tem demonstrado uma grande preocupação na Cidade como

um todo, especialmente aqui com as áreas de risco. Muito bem comentado pela Raila, do Jardim Irene, se não me engano.

Temos dois grandes tipos de áreas de risco: as encostas, os morros e as beiras dos rios. Penso que chegou a hora de a Cidade criar uma política de remoção a médio e em longo prazo, na verdade em longo prazo, para eliminar todas as áreas de risco.

No caso das beiras de córregos, nós aproveitaríamos a remoção para implantar parques lineares, não para fazer ruas como historicamente nós fizemos. Automaticamente, ao liberar as beiras de córregos, teríamos a possibilidade de fazer parques e de implantar o saneamento, sem precisar canalizar.

Descobriu-se há pouco tempo que canalização de córrego não é mais solução para problemas com enchentes e, fundamentalmente, de saneamento. Temos que focar, de fato, a nossa política de saneamento, nas beiras dos córregos, porque se nós canalizarmos não resolveremos, taparemos mais um córrego e jogaremos o problema da enchente para o ponto mais baixo, porque a água tem que ir para algum lugar.

O melhor lugar é a água permear, ou seja, quando enche, as beiras estarão livres, estarão permeáveis e a água permeia. Essa é uma cultura que temos de mudar, e na região temos muitos casos assim. Temos que focar, de fato, no saneamento aqui.

Para complementar, o problema colocado pelo Sérgio, é uma preocupação nossa com a questão ambiental e com a mobilidade na região. Essa área verde mencionada por ele, na frente do Parque Burle Max, que fica entre o Parque e a Marginal, é uma área entupida de trânsito, mas é uma área verde com mata nativa, com nascente, que está grafada como Zona Mista.

Nós reforçamos para que ela seja ZEPAM e que possamos preservar mais uma área verde que ajude a destravar o trânsito, porque os carros são dirigidos por pessoas, temos que lembrar isso também.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu agradeço.

Não havendo mais inscritos, informo que a Câmara Municipal de São Paulo criou um instrumento, a ZEIS1, aprovado no Plano Diretor, que dá a possibilidade de regularização de todas as terras, antes era irregular, hoje depende das questões.

Uns se reuniram, compraram uma área, fizeram os lotes estão morando e vão regularizar; outros ocuparam, como é uma questão jurídica, depois nós estaremos entrando. Mas nós demos esse instrumento pelo qual hoje pode ser regularizada qualquer região de São Paulo, principalmente a periferia – resposta ao meu conterrâneo nordestino que falou, a maioria é realmente da terrinha.

Outra coisa, foi aprovado e hoje nós temos 180 quilômetros quadrados para ZEIS, era 140 passou para 180, são terras para se construir habitação popular, através da Caixa Econômica, Minha Casa Minha Vida; Governo do Estado, CDHU; a Prefeitura, Cohab.

Mas vou passar para a Dra. Penha Pacca, para que ela possa fazer a exposição necessária e suas considerações finais.

A SRA. PENHA PACCA – Vou fazer um comentário, não pontual, mas rapidamente, de tudo o que foi falado. Primeiro gostaria de lembrar – não vou citar nomes –, mas muitos falaram sobre os parques lineares, problemas de córregos, enchentes e novos parques. Quero lembrar que essas questões poderão ser tratadas nos Planos Regionais, que começarão a ser elaborados agora, dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

O zoneamento, a Lei de Uso e Ocupação do Solo não trata especificamente desses casos. Pediria que tomassem atenção porque, daqui a pouco, começará vir a vocês uma procura para participarem da elaboração dos Planos Regionais.

Algumas pessoas que falaram sobre a Avenida Morumbi, ZCOR3, me consta que, no momento, realmente acho que ficou ZCOR2. Então qualquer mudança de todos esses que falaram – três ou quatro pessoas – deve ser remetida à Câmara para mudanças ou não.

A questão das restrições contratuais. Nós não abandonamos isso, acho que vocês precisam ler o artigo 58, quem estiver interessado em restrições contratuais. Leia esse artigo que eu acho que contempla as dúvidas de vocês. Outras questões que quero falar. Todos os que levantaram – são três ou quatro – sobre local de culto, para lerem o art. 115 que, eu acho, contempla as reivindicações de vocês.

Outro artigo falado trata da questão do licenciamento, da desvinculação de alguns empreendimentos, nós atendemos – não a todos – quanto à liberação para regularidade da edificação. Podem ler o art. 121, pois contempla essas questões.

Além disso, foi modificada a instalação dos usos, não é mais por meio, não estamos usando mais a classificação viária, é por largura de via. Dependendo da largura da via, a partir de oito metros de largura de via, pode se instalar comércios e serviços, conforme o tamanho. Por favor, leiam o quadro 4-A, nele está a partir de que largura de via poderá haver a instalação.

Quanto às ZEIS, não houve muito questionamento, mas quero explicar que nas ZEIS-1, que são áreas ocupadas, sempre deve haver um plano de urbanização e isso é feito pela Secretaria da Habitação.

A questão do Burle Marx, Zepam e ZM, área particular em frente do Burle Marx, deve ser encaminhada à Câmara.

Outra coisa, alguém falou de ZMs para ZERs, lembro que nos miolos de bairros há limites. Falei no início da apresentação que só as áreas próximas dos corredores de ônibus e Metrô podem ser adensadas ou verticalizadas, coeficiente igual a quatro. Alguém falou de dois ou três, esse coeficiente pode ser quatro. E nos miolos de bairro há limite de altura, o limite é para oito andares.

Pelo que estou vendo, acho que respondi todas as questões. Tomei nota um por um, estou guardando a folha e nós da Secretaria estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, parabéns pela sua exposição.

Agradeço a Professora Terezinha Prado pela cessão do espaço, em nome do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, os nossos agradecimentos. Passo então o microfone para que cumprimente o pessoal.

A SRA. TEREZINHA PRADO – Boa noite. Agradeço a participação de todos neste momento de extrema importância, é um trabalho conjunto do cidadão com a Câmara Municipal de São Paulo, com os seus representantes.

Eu, como gestora do CEU Campo Limpo e moradora da região há trinta anos, vi muitas mudanças nesta região. E nós temos um problema que eu não sei se entra nessa lei, o trânsito. Também foi citado o corredor que, talvez, futuramente, venha a ser construído um corredor na Estrada do Campo Limpo e Avenida Carlos Lacerda.

A minha preocupação é com relação ao transporte escolar, que para na Avenida para pegar as crianças do CEU Campo Limpo. Já encaminhei solicitação, fiz documento relatando essa questão. Futuramente, com a ajuda de todos, temos de pensar na questão da Segurança das crianças, esse é o nosso foco.

Há várias questões relativas aos moradores, ao bairro, como as enchentes, avenidas, área verde. E eu, como professora de Educação Infantil – tenho muito orgulho da minha profissão, hoje eu represento o CEU Campo Limpo como gestora – acho que é preciso atenção especial às crianças. Vamos pensar na Cidade que iremos deixar para as crianças.

Este trabalho que hoje realizamos, qual será o seu efeito daqui a dez, vinte, trinta anos? Acho muito bacana a gente ter todo o cuidado e olhar lá na frente, como podemos melhorar o que deixaremos de herança para os nossos pequeninos.

Muito obrigada a todos.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passo a palavra ao Subprefeito Antonio Carlos Ganem para o seu cumprimento aos amigos presentes.

O SR. ANTONIO CARLOS GANEM – Boa noite a todos. É um grande prazer, é

uma grande satisfação recebê-los aqui, hoje porque a participação de vocês – e cumprimento os Vereadores presentes, em nome do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo Antonio Donato – a participação popular é imprescindível neste assunto. Se não houver a participação de quem conhece a região, de quem mora no local, como eu vi hoje, não há como melhorar. As pessoas poderão trazer aos seus anseios, as suas necessidades.

Muitos assuntos foram discutidos com relação ao zoneamento, pois é um anseio da população. E nós que estamos na linha de frente, na Subprefeitura, o anseio é também pela Lei de Anistia, o pessoal está esperando ansiosamente. Aguardamos então a decisão do nosso pleito. E eu falo disso, Vereador, porque escutamos todos os dias, a população quer saber quando vai sair e ainda não temos essa resposta.

Muitas afirmações aqui feitas estão relacionadas não só ao Plano Diretor como também à enchente, canalização. Tenho a dizer que estava à margem de córrego, na nossa região, está desbarrancando, a situação está feia e as pessoas perguntam. A gente monta processo, leva para a Secretaria. Gostaria então que a situação fosse vista com cautela, com cuidado porque morar em beira de córrego não é brincadeira, participamos no dia a dia.

Fico feliz de estar participando desta reunião, convivendo diretamente com a população e com vocês desta Mesa. Fico feliz também porque a população está participando ativamente, cobrando dos Vereadores e é isso que tem de ser feito.

Parabéns a vocês.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Gostaria de ouvir as palavras do nosso combativo Vereador Jonas Camisa Nova.

O SR. JONAS CAMISA NOVA – Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa, os Vereadores Donato, Gilson, Paulo Frange, Police, enfim, todos os Srs. Vereadores.

Dizer a vocês que fico muito feliz com a participação de vocês, foi uma aula de

cidadania. Vocês sabem o que nós precisamos em nossa região. Estas reuniões deviam ser mais frequentes, mas eu me coloco à disposição na Câmara Municipal de São Paulo, estou lá todos os dias. Quando não estamos, estão os meus assessores para ouvi-los e assim cobrarmos do Executivo as melhorias para a nossa região.

Pessoal, contem com a gente. Eu, assim como o Donato, sou da região – o Vereador Police também.

Pessoal, parabéns pela aula de cidadania que vocês deram.

Estamos à disposição para atendê-los no que for possível.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Gostaria de ouvir as palavras do Colega Vereador José Police Neto, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo e estudioso do assunto Lei de Zoneamento.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Cumprimentar a todos, cumprimentar nossos presidentes: presidente da Casa, nobre Vereador Donato, que inaugura no dia hoje as audiências nos bairros. Na verdade essa é a primeira audiência, que pretende ouvir a comunidade no bairro. Portanto, trazer dentro do processo legislativo a contribuição de quem conhece o território.

Aqui, quando não fala de uma minoria que pode ser realizada em um córrego, ou anuncia à necessidade de adaptação da legislação de Zoneamento a uma realidade que é local, é porque se vive desse jeito durante a vida toda e, muitas vezes, a solução que está com a nossa população não chega para aquilo que é mais importante: a Legislação que vai cumprir as etapas futuras. Falo isso porque temos um desafio nesse momento. A Legislação sempre foi montada para a cidade que historicamente era batizada nos ônibus que iam ao Centro, como Cidade. Imaginando que a zona Periférica, como não é cidade, nunca teve a Lei verdadeira para o seu desenvolvimento.

Falo isso, porque isso começa pelo tamanho dos lotes. Tamanho dos lotes daquilo que era Cidade – quando o ônibus passava ou o bonde passava para nos levar ao Centro – sempre foi duas ou três vezes maior do que a média dos lotes da periferia. Daí que, quando se dizia o quanto precisava ter de recuo frontal, lateral para a Legislação do Centro, você aplicava aos lotes da periferia. Muitas vezes você não conseguia edificar nada caso você tivesse ali um lote de 120, 130 metros para ter um recuo frontal. O recuo de cada uma das laterais, não lhe sobriaria terreno para construir. Mas foi assim que a Cidade foi feita... E, um dos desafios que os Srs. Vereadores têm agora é trazer para o corpo um ensinamento que a periferia nos deu. Estamos falando que na região Central precisamos colocar mais gente para morar onde já tem estrutura. Muito da população que residia na região central foi embora daquela região. Estamos dizendo que precisamos chegar a um coeficiente quatro de aproveitamento e muito da região central para levar a população de volta para o Centro. Vou dizer que o que está se inscrevendo na lei é o modelo de ocupação dos centros dos nossos bairros periféricos. É dizer que precisamos de uma atividade econômica no térreo. É dizer que você precisa uso misto do lote. E quando vamos ao centro – nosso bairro – o que temos lá? Atividade econômica instalada no térreo, temos uma padaria, um pequeno mercado. Temos um segundo andar que é misto, entre a gerência, gestão desse bar, ou dessa mercearia que está no térreo, e um andar acima está a casa do dono deste estabelecimento comercial. O que se está dizendo para montar no centro de São Paulo, agora, é esse modelo que a nossa população criou de Cidade, sem estrutura pública, aqui, ao olhar para a utilização dos lotes, é de 150, 160, 170 metros na periferia, que foram todas ocupadas, não se deixou um metro lá no fundo, nem nada lá na frente é porque precisava do terreno inteiro para acomodar a atividade econômica e, às vezes, uma ou duas famílias, portanto, dando um adensamento correto aos espaços onde as pessoas precisavam morar. Isso ainda a gente não reconhece, nem na legislação, hoje em vigor, nem na proposta apresentada. Ainda há uma parcela gigantesca que o nosso subprefeito falou que precisa ser anistiada. Ela não precisa ser anistiada, ela precisa ser reconhecida como certa.

Essa é que é a maior verdade porque, durante muito tempo, a gente foi olhando para ela e falando que estava contra a lei, mas veja só, estamos dizendo que a Cidade devia ter sido toda feita assim, reconhecendo que a forma que se construiu a cidade leiga e popular, é mais adequada do que aquela por orientação da própria lei.

Por isso que é importante, sim, a gente saber tratar muito bem aquilo que aqui no passado foi uma zona de centralidades lineares e agora podem ser corredores mais estruturados, mas está na hora de a gente olhar mais para a população que construiu a Cidade de maneira leiga e popular e acertou, e a legislação que sempre será falível porque ela é feita pelo homem, então, o homem pode errar quando escreve a lei, reconhecer a população que construiu a Cidade correta e a lei que não permite essa Cidade correta se desenvolver.

O que falta aqui e em grande parte da nossa periferia é dizer que a construção foi correta, a instalação da atividade econômica foi correta, o que falta agora é um incentivo para ter mais, ao reconhecer o título de propriedade, e a regularidade do imóvel todas essas pessoas terem a oportunidade de ingressar no mercado em que o recurso, o dinheiro que se coloca à disposição para financiamento de novas atividades é muito mais barato do que você não ter o seu imóvel para dar como lastro nesse financiamento para ampliar a atividade econômica na periferia. Está na hora de a gente inverter a lógica e dar à periferia o que sempre foi dela, que é o desenvolvimento da Cidade a partir da leitura legal e não daquilo que a gente sempre fez: que a Lei de Parcelamento era palavrão e não algo que permitia a sociedade se desenvolver.

Por isso que a gente trouxe um caderninho que tenta mostrar o que tem e o que poderá vir para ajudar nesse enfrentamento para fazer a lei que vai nos servir e que, de fato, está orientada para o nosso desenvolvimento. E a população do Campo Limpo vem fazendo isso há muito tempo, ao longo dos últimos cinquenta anos, e está na hora de isso ir para a lei, definitivamente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vamos ouvir o nosso relator da Lei de

Zoneamento, Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Dando continuidade a esse trabalho eu já tinha feito uma fala no início e ouvimos vocês, apenas, para passar rapidamente sobre o que foi dito pela Penha, aqui nós ouvimos reclamações com relação à lei que hoje impede a implantação de igrejas em algumas áreas. É um assunto que é de responsabilidade da Câmara legislar, ela vai estar atenta a isso, não tenha dúvida e o presidente Donato participou da discussão na época da inclusão da necessidade de tratar esse assunto. Está no Plano Diretor, mas a Cidade hoje cumpre uma lei de 2004, que já esgotou, não há mais o que fazer. Tenho dito que hoje nós derrubamos sobradinhos e fazemos prédios, mas não há mais o que planejar, perdeu a oportunidade daqui para frente de não ter um planejamento.

A Cidade foi estruturada em cima de um sistema de via local, coletora, e os eixos estruturais. Então, lá no bairro distante a rua é mais estreita, não pode isso e aquilo, e daí vai mudando os lugares. Com isso nós acabamos concentrando a Cidade ao longo de alguns eixos sem oferecer tudo aquilo que estamos fazendo hoje. Na verdade, agora, não há mais essa trava. Temos de tratar desse assunto com muito cuidado com relação aos quadros que estão nessa lei. Eu vi a questão de saúde, enchentes e tudo, mas Campo Limpo todo está dentro da macroárea de redução da vulnerabilidade urbana e de proteção ambiental.

Essa macroárea tem uma característica no mapa. Quando vocês olham o mapa há uma mancha vermelha no meio e depois vocês olham do lado é onde está Campo Limpo. Características que fazem parte dessa história de implantação do próprio território. A população de baixa renda predomina e o Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo, pior, riscos geológicos, enchentes e tudo o que vocês ouviram, portanto, esse é o território de que estamos tratando. Agora, com esse novo ordenamento, com a nova oportunidade de planejar, será possível avançar muito. Mas é preciso lembrar que temos áreas críticas da região. Foi dito a respeito das bicicletas, das ciclovias, e entendemos que há sempre uma preocupação muito grande com isso, mas vamos ter certeza absoluta também de que esse retrato de hoje vai ser

diferente daqui a algum tempo, onde vamos ver muitas pessoas andando nas ciclovias.

Primeiramente, vem a ciclovia, depois vem a bicicleta e essa lei já trata especificamente até da vaga da bicicleta. Nós temos um artigo específico que trata desse assunto, os prédios daqui para frente serão construídos com vagas específicas para bicicletas, não proporcionalmente ao número de carros, mas terão de ter as vagas e em algumas situações de prédios comerciais até o vestiário para que quem vá de bicicleta tenha a oportunidade de se trocar.

Portanto, está se tratando cuidadosamente cada um dos casos, independentemente do caso ser mais ou menos importante na visão de alguns. Para nós, todos são iguais, todos serão tratados. Nós vimos a discussão do corredor, é interessante, temos que ter essa discussão, quando foi falado sobre a Avenida Flávio Américo Maurano, há um pedaço que é zona corredor um; outro pedaço, zona corredor dois. Se você perguntar, no plano, o que eu acho. No que nós temos na Lei de Zoneamento, quando temos na área residencial a caracterização de que aquele é um espaço para zona de corredor e ele tem características de centro regional e é interligação, teria de ser classificado como zona corredor três, do ponto de vista de conceito. Não estou dizendo que vai ser, mas quem fez o mapa seguramente analisou como está a situação. Todo esse assunto ainda passa por uma discussão, mas é pertinente a colocação feita aqui. Entendemos que é pertinente, por isso a importância da audiência pública.

Enfim, não deixe de participar mesmo. São situações como essa, de hoje, que sempre levamos daqui, muito mais informação do que tivéssemos tentando fazer sozinho. Quero aproveitar para encerrar e cumprimentar o Executivo, os funcionários da Casa, e o subprefeito também. Eu sou libanês, ele também é filho de patrício e é da melhor qualidade. Acho que a presença aqui do Ganem, da subprefeitura, é um facilitador para que tudo isso daqui para frente possa acontecer. Não tenho a menor dúvida de que a presença de pessoas desse tipo é que pode fazer muita diferença aqui com a ajuda política que normalmente se faz

necessária para que possa trazer para cá recursos e investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o nobre Vereador, Presidente da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo. Que na realidade é o segundo homem, em termos de responsabilidade, da Cidade de São Paulo.

O SR. ANTONIO DONATO – Boa noite a todos. Quero cumprimentar a Sra. Penha, representando a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Sem o suporte técnico dela, certamente essas audiências não teriam a riqueza de detalhes que essa audiência teve. Cumprimentar a Terezinha, nossa gestora do CEU, que nos recepciona e acolhe; Subprefeito Ganem, que nos recepciona no território do Campo Limpo; Vereador Jonas Camisa Nova, que é da região, conhece cada rua e pode contribuir muito com essa experiência concreta; Vereador Police Neto, que hoje é Presidente da Comissão de Finanças da Câmara, já foi Presidente da Câmara, mas que tem uma paixão especial pela questão da discussão urbanística da Cidade, foi um grande Vereador na política urbana e tem muito a contribuir nesse debate; Vereador Paulo Frange, nosso relator que também é médico, mas da medicina acho que trouxe a disciplina para se aprofundar e estudar muito, e está estudando um corpo vivo que é a Cidade, usando, inclusive, os conceitos da medicina, um grande relator.

E cumprimentar, em especial, o Presidente Gilson Barreto, que está dando um ritmo para a Comissão de Política Urbana. Nas nossas primeiras conversas sobre quantas audiências faríamos – pensávamos em umas dez –, o Vereador Gilson Barreto achou melhor fazer umas trinta. Já programaram 48, então não faltará espaço para o debate e para a participação da sociedade. Para um processo como esse em que estamos desenhando a Cidade que queremos, é fundamental todo o espaço de debate possível.

Esse debate presencial como fizemos hoje, e foi também aqui que fizemos o primeiro Câmara no Seu Bairro, em março, com muito sucesso. E o sucesso daqui animou para que as outras subprefeituras também estejam fazendo com muito sucesso o Câmara no Seu Bairro. Já fizemos catorze edições, no próximo sábado, em Sapopemba, será a décima quinta,

mas todas tentando competir com o Campo Limpo que foi a primeira, com muita gente, com o auditório lotado. E hoje aqui também, se não temos o auditório lotado, acho que temos uma discussão de qualidade com a preocupação de quem se manifestou para falar sobre a sua visão da Cidade. E o processo não se esgota aqui, no site da Câmara, temos um *hotsite*, que é uma área específica para a lei de zoneamento, que já teve, em dez dias, cinquenta mil acessos.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO DONATO – Será votado até o final do ano. Vale durante catorze anos.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO DONATO – Aqui já se falou sobre essa questão, a lei de zoneamento apresenta uma diretriz para a Cidade de São Paulo, o Subprefeito já falou sobre a preocupação dele.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO DONATO – O senhor já teve a oportunidade de falar. O senhor me deixa concluir, por favor.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO DONATO – O senhor me deixa falar ou não?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Por favor, estamos na reta final. Tudo tranquilo. Com a palavra o Vereador Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Estou falando que as pessoas podem se comunicar através do site da Câmara, na internet, e continuar enriquecendo a proposta que está sendo construída com a participação popular.

Sabemos que a lei de zoneamento não é uma varinha de condão que vai resolver tudo, mas se não nos preocuparmos em desenhar a Cidade que queremos vamos continuar produzindo uma não Cidade, onde as pessoas são expulsas para a beira do córrego, onde não

se produz moradia no local adequado, onde o emprego está longe da moradia e por isso exige grandes distâncias a serem percorridas. Quem mora aqui no Campo Limpo sabe disso. Sabe o que é pegar a Estrada de Itapeverica todos os dias e ficar uma hora, uma hora e meia para atravessar a ponte para ir até o seu emprego, ou para buscar um serviço ou estudar.

Então sabemos que se não tivermos esse olhar, essa preocupação de planejar a Cidade vamos estar condenados às situações que vemos hoje. Por isso, esse compromisso dos senhores e das senhoras, que ficaram aqui nesta noite discutindo, participando, certamente dará fruto para as futuras gerações, mas esperamos que esse fruto não seja tão tardio, que ele possa ser colhido, em alguns casos, imediatamente com esse desenho dessa nova Cidade.

Então quero agradecer a presença de todos. Cumprimentar mais uma vez o nosso Presidente Gilson Barreto e toda Comissão de Política Urbana por esse esforço que está sendo feito de ter a participação popular na construção da lei de uso e ocupação do solo da Cidade de São Paulo. Boa noite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Informo que no dia 27, próximo sábado, teremos três audiências públicas. Uma na Cidade Tiradentes, outra na Av. Metalúrgicos, 1.945 e outra em Guaianases, no CEU Jambeiro.

Dia 29, segunda-feira, das 19 às 22h, na Câmara Municipal de São Paulo, 8º andar, Viaduto Jacareí, 100, haverá a primeira temática, principalmente para engenheiros, arquitetos e contadores, sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo, licenciamento, fiscalização e procedimentos administrativos. Faremos oito temáticas na Câmara Municipal e todos os presentes terão a garantia da palavra.

Aqueles que não tiveram a oportunidade de falar hoje, ainda vão ter quarenta e poucas audiências públicas. Se não deu tempo de falar aqui ou não quis falar e quiser falar depois, estamos às ordens.

Não se esqueçam de registrar suas reivindicações. Não adianta fazer SAC na Prefeitura sobre a lei de zoneamento, porque não vai chegar. Vamos analisar caso a caso. O que der para fazer será feito. Não é responsabilidade do Vereador Gilson Barreto, nem do Vereador Paulo Frange. A Comissão de Política Urbana tem sete membros, depois vai passar por outras comissões. Quando estiver tudo pronto, a previsão para a primeira votação é no início de novembro. Depois vamos rediscutir em mais umas oito audiências por região, para aprovação no final de dezembro.

Queremos a participação de todos. Ou carimbem na Secretaria da Câmara, ou no dia das audiências falem que as pessoas vão digitar. E cada um recebe um número para acompanhar.

Agradeço a presença de vocês. Peço a Deus que ilumine a todos. Muito obrigado.

Encerrados os trabalhos.
